

CONFERÊNCIA PRONUNCIADA EM BELÉM, PARÁ, A 14 DE
OUTUBRO DE 1955

BB40349A 96317

1960

317/56

Seawater

17: 50957

O ORÇAMENTO COMO UMA FASE DO PLANEJAMENTO

Com a maior satisfação, aceitei o convite para proferir esta palestra. Dá-me ela a oportunidade de rever esta deslumbrante região de nossa pátria, onde a natureza, em toda sua exuberância tropical, é um desafio permanente à capacidade do homem brasileiro para construir, nas margens do rio-mar, uma civilização que marcará uma época na história da humanidade. Na execução desse trabalho hercúleo, para o qual deverão ser mobilizadas a cultura, a ciência e a tecnologia nacionais, papel especial está reservado à Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, responsável pelo planejamento, coordenação e orientação dos esforços e recursos destinados ao soerguimento desta vasta região. Imbuído, portanto, do mais sadio patriotismo, acedii prontamente em dar minha desvaliosa, mas esforçada contribuição, a este Curso de Planejamento Regional que se realiza aqui em Belém por iniciativa da SPVEA e da Escola Brasileira de Administração Pública, da Fundação Getúlio Vargas.

De acordo com o programa desta série de palestras, cabe-me dissertar sobre "O Orçamento como uma fase do Planejamento",

De poucas palavras se tem abusado tanto neste século, como de "planejamento, plano e planificação". Com toda razão afirma Lionel Robbins ser a planificação a grande panacéia de nosso século e que o significado da palavra é ambíguo, uma vez que, na concepção popular, define qualquer po

lítica que se pretende apresentar como altamente conveniente. Acrescenta o ilustre professor da Escola de Economia da Universidade de Londres que o homem comum, conforme seja politicamente um liberal, um socialista ou um adepto dos regimes totalitários, considera planificação a coordenação de atividades, instrumentos, técnicas e recursos para a consecução do objetivo político que tem em vista. Minha primeira advertência será, portanto, a da necessidade de nos colocarmos, se isto for possível, em uma posição de absoluta neutralidade política, para tratarmos dos problemas do planejamento exclusivamente sob seus aspectos técnicos e científicos.

Dentro ainda da mesma ordem de idéias, não se rá demais repetir a observação de Donald Stone de que o planejamento não é por si mesmo um fim, mas apenas uma fase incidente na realização de um trabalho ou na consecução de um objetivo. Segundo o mesmo autor, "o planejamento nada mais é do que a coleta e a análise de informações pertinentes a determinado assunto e o ato de concluir, na base de tais elementos, qual deva ser o futuro modo de ação".

A segunda advertência é a de que, muito embora a teoria do planejamento, notadamente do planejamento econômico, seja relativamente recente, o planejamento como técnica é tão velho quanto a civilização. Os romanos, gênios insuperados na técnica e na arte da administração, foram também geniais na técnica do planejamento. Mestre na técnica do planejamento foi Júlio Cesar, também mestre na arte da descrição, em suas páginas imortais do "De Bello Gallico", das

quais, infelizmente, guardamos todos nós, que freqüentamos os bancos colegiais, penosas recordações. Quem, nos tempos modernos, terá superado Napoleão e sua técnica no planejamento de uma campanha militar, de uma reforma administrativa, ou na reconstrução urbana de uma cidade como Paris?

Embora a afirmação se afigure paradoxal para os que se habituaram a identificar o planejamento com o intervencionismo estatal, o século XIX, com o apogeu do capitalismo e do liberalismo econômico, foi um período áureo para a técnica e a arte do planejamento. Os capitães da indústria, os grandes financistas e os poderosos comerciantes que edificaram o mundo capitalista, utilizando para êsse fim todos os recursos da ciência e da tecnologia disponíveis naquela época, foram grandes planejadores e notáveis técnicos em planejamento.

É de se notar, todavia, que, no século passado, o planejamento parcial, sob o império da iniciativa privada, presidiu ao desenvolvimento econômico. Pensava-se, então, que o meio mais seguro para atingir a prosperidade nacional seria permitir que o interesse privado e a perspectiva do lucro dirigissem os negócios e as atividades econômicas. O jogo da oferta e da procura, as condições do mercado e as oscilações de preços encarregar-se-iam de promover, automaticamente, o ajustamento e a coordenação dos diversos planos e empreendimentos privados.

Em nossa época acredita-se, porém, cada vez mais, nos inconvenientes de deixar o desenvolvimento econômico

co exclusivamente a cargo da iniciativa e do planejamento privados, e na maior vantagem para a coletividade em se transferir cada vez mais para o Poder Público as responsabilidades do planejamento da evolução econômica e social das nações.

O tema que me foi dado para dissertar limita o campo da palestra ao planejamento governamental e ao orçamento público como uma das fases desse planejamento. Portanto, sem nos definirmos diante da controvérsia entre a iniciativa privada e o intervencionismo estatal, tema sempre perigoso embora apaixonante, vamos nos cingir rigorosamente ao assunto.

Se o planejamento é, como o afirma Donald Stone, apenas uma fase para atingir determinado objetivo, forçoso é definir o objetivo do estado, antes de analisar o planejamento governamental. Esse objetivo, independentemente da forma de governo adotada, ou das convicções políticas, morais ou filosóficas predominantes em determinado momento da vida de uma Nação, é o que São Tomaz de Aquino já assinalava como sendo a justificação da existência do poder civil: o bem comum do povo. Não há dúvida de que tanto o governo democrático do Brasil ou dos Estados Unidos da América, quanto o governo bolchevista da Rússia Soviética ou a ditadura do General Franco na Espanha, acreditam, sinceramente, ser o objetivo de cada um deles a promoção do bem comum do povo sob sua autoridade e ser o sistema de governo que adotam e sustentam o mais adequado para a consecução desse objetivo.

Harold Laski, um dos maiores teóricos de ciência política neste século, afirmou, em conceito lapidar, ser o bem social o princípio supremo a que o Estado deve submeter-se e que o deve orientar, definido este bem social como o imperativo da nossa personalidade que nos leva a procurar as coisas que valem a pena serem obtidas, a fim de que, por meio delas, possamos enriquecer a grande comunidade a que servimos.

Uma das conseqüências da existência do Estado é, todavia, o estabelecimento de limitações à liberdade dos cidadãos, dos quais também se exigem renúncias e sacrifícios diversos. Em primeiro lugar, tornam-se necessárias certas limitações à liberdade civil de cada um, a qual somente poderá ser exercida até o ponto em que não colida com a liberdade e os direitos de outrem. Em segundo lugar, têm de ser impostas restrições ao direito de propriedade, cujo uso não é ilimitado, mas condicionado ao bem-estar da coletividade. Em terceiro lugar, são os cidadãos obrigados a prestar à coletividade certos serviços, como o serviço militar, eleitoral e do júri, gratuitos ou insuficientemente remunerados. Finalmente, todos são obrigados a entregar ao Tesouro Público uma parte de sua renda ou de seu patrimônio, através de impostos e de outras contribuições compulsórias, destinadas ao financiamento dos serviços públicos e à satisfação das necessidades coletivas.

O Estado somente poderá atingir o seu objetivo de promoção do bem comum mediante a prestação de certos ser

viços a coletividade, o que exige a criação e a manutenção do aparelhamento administrativo. A magnitude desse aparelhamento dependerá do sistema político em vigor e do maior ou menor grau de intervenção estatal no sistema econômico.

Entre a concepção, de Adam Smith, de um Estado que deveria exercer apenas as funções essenciais de defesa da Nação, distribuição da justiça, segurança interna, educação e construção de estradas, e a dos socialistas dos nossos tempos, segundo a qual todos os meios e instrumentos de produção pertencem ao Estado e são por êle movimentados, coloca-se toda uma gama de sistemas de governo, nos quais a ação estatal se amplia ou se restringe.

O Estado "gendarme" é hoje uma reminiscência do passado e o princípio da máxima vantagem social, leva o Poder Público, mesmo em países como o Brasil, onde a propriedade privada e a iniciativa individual constituem os alicerces do sistema econômico, a exercer atividades que visam a: 1ª) preservar a comunidade de desordens internas e de agressões externas; 2ª) melhorar e aumentar a produção de bens e mercadorias; 3ª) melhorar e tornar mais equitativa a distribuição desses bens e mercadorias.

A primeira função de um Estado organizado é, sem dúvida, a preservação da comunidade de desordens internas e de agressões externas. Para esse fim, são mantidas as forças armadas, os serviços policiais, os tribunais e juízes, as prisões e reformatórios. Essa mesma função justifica a existência de um serviço diplomático capaz de manter rela

ções pacíficas com outras nações e garantir alianças valiosas para a emergência de uma guerra.

A segunda função do Estado, aumento e melhoria da produção de bens e mercadorias, assume cada vez papel de maior importância, notadamente nos países chamados subdesenvolvidos. Procura-se através dela obter um aumento da capacidade produtiva de cada um, de forma a se alcançar um maior rendimento per capita, com um esforço cada vez menor. Visa e la à redução do desperdício e à obtenção do pleno emprego de todos os fatores de produção; significa o incentivo governamental à introdução de novas técnicas, à organização racional do trabalho, à difusão do ensino técnico e profissional, assim como a adoção de uma política de defesa e conservação dos recursos naturais do país, de amparo à produção e aos produtores, de proteção ao trabalho e ao trabalhador, de melhoria do nível cultural e do índice sanitário da população e de aperfeiçoamento dos meios de transporte.

Nos países economicamente atrasados, como o Brasil, onde, ao lado de amplos recursos naturais inaproveitados, parte substancial da população possui um padrão de vida excessivamente baixo, a função governamental visando ao aumento e à melhoria da produção de bens e mercadorias assume uma ênfase toda especial. Sendo uma das características desses países a insuficiência de capitais para a plena utilização dos recursos naturais disponíveis, torna-se função governamental incentivar ou mesmo promover a formação desses capitais. A existência de um "Plano de Valorização Econômica

da Amazônia" é, em parte, uma decorrência da responsabilidade que o Estado Brasileiro chamou a si, diante da insuficiência da iniciativa privada, de promover e acelerar o desenvolvimento econômico desta vasta e rica região do país.

Quanto às funções do Estado de melhorar e tornar mais equitativa a distribuição de bens e mercadorias, traduzem-se elas nos esforços governamentais visando a reduzir as desigualdades entre os rendimentos dos diversos indivíduos componentes da coletividade nacional. Para diminuir essa desigualdade, impõe-se a adoção de sistemas tributários justos e equitativos, o combate aos abusos do poder econômico, a adoção de sistemas de assistência e de previdência sociais, a organização profissional dos assalariados para a defesa de seus direitos, a disseminação da instrução gratuita, a concessão de auxílios às famílias numerosas, a promulgação de leis sociais, a instituição do salário mínimo etc. São funções, essas, que, no Estado Moderno, adquirem importância crescente, ao ponto de transformá-lo naquilo que os ingleses denominam o "Estado do Bem-Estar Social", que procura garantir a todos uma parcela satisfatória dos frutos da produção.

A instituição de um "Plano de Valorização Econômica da Amazônia" é também uma decorrência dessa função estatal. A unidade nacional exige que toda a população do país possa usufruir de um nível de vida razoável e condigno, e que se impeça, dentro do possível, os desníveis e desequilíbrios entre os habitantes das diversas regiões de nosso território. A aplicação, na região Amazônica, pelo Governo Federal,

de parcelas substanciais da receita arrecadada em outras regiões economicamente mais desenvolvidas, visa a uma redi stribução geográfica da renda nacional e a uma evolução mais e-quilibrada de nossa economia.

Para executar todos êsses objetivos, reunidos nos três grupos atrás enumerados, mantém o Estado um sistema de órgãos que, juntamente com os chamados serviços auxiliares e de administração geral, constituem o conjunto gigantesco e complexo da Administração Pública. O funcionamento harmônico, eficiente e econômico dêsse majestoso conjunto impõe o planejamento da ação governamental. O princípio fundamental dêsse planejamento é a previsão que, segundo Fayol, significa não só calcular, como prever o futuro. Uma das características da Nação é a sua perpetuidade bem como a solida-riedade entre as diversas gerações que se sucedem dentro do mesmo território, ligadas pelas mesmas tradições e peculiaridades nacionais. O planejamento administrativo deverá ser, portanto, um planejamento a longo prazo, resultante de um compromisso da atual geração de entregar à que lhe suceder uma Nação mais rica e poderosa.

Êsse planejamento deverá repousar, como qual quer programa de ação, sobre três elementos essenciais: a) recursos disponíveis; b) natureza e importância das operações em curso; c) possibilidades futuras.

Os recursos de que dispõe o Estado para o financiamento de seus serviços decorrem do poder compulsório de exigir a entrega pelos cidadãos de uma parte de sua renda

ou de seus bens, por meio da tributação. Em uma economia monetária, como o é a de todos os países nos tempos modernos, necessita o Estado de dispor de um certo poder de compra, ou seja de uma certa quantidade de moeda com a qual adquirir as mercadorias e pagar os serviços requeridos para a manutenção e o funcionamento da máquina governamental. Qualquer planejamento da ação governamental está, portanto, limitado pela quantidade de recursos monetários que o Estado poderá transferir dos particulares para o Tesouro Público. Embora, teoricamente, o poder tributário seja ilimitado, na prática a pressão fiscal não poderá exceder certos limites, sob pena de eliminar o incentivo para o trabalho e para o lucro, mola propulsora de uma economia do tipo capitalista.

Não basta, todavia, em um planejamento governamental, estimar apenas os recursos monetários de que o Estado poderá dispor. A moeda é simplesmente um instrumento de troca, um véu a ocultar as transações que de fato se realizam no mundo econômico, consistentes da troca de mercadorias e serviços. Será, portanto, necessária, em qualquer planejamento governamental, uma estimativa dos recursos reais disponíveis ou, em outras palavras, dos fatores de produção: equipamentos, mão-de-obra e recursos naturais que poderão ser utilizados na execução de um determinado programa. Isso é da maior importância quando se tem em vista um planejamento da importância e da magnitude do "Plano de Valorização Econômica da Amazônia", a ser executado em região onde certos fatores de produção, como a mão-de-obra e o equipamen

to, são altamente escassos, muito embora o terceiro - recursos naturais - seja superabundante. De nenhum efeito econômico positivo seria, portanto, a destinação de amplos recursos monetários para a Amazônia se não fôsse possível sua utilização na aquisição de fatores de produção necessários à execução do Plano de Valorização. Parece urgente dissipar, de uma vez por tôdas, uma crença errônea, bastante generalizada em nosso país, de que basta a concessão de uma verba orçamentária para a solução de um problema econômico ou técnico. Valorização econômica não se faz apenas com dinheiro, mas com técnicos, embarcações, estradas, tratores, livros, laboratórios, sementes seleccionadas, medicamentos etc.

Mais importante, por conseguinte, do que estimar recursos monetários para a execução de um programa ou plano, é proceder à estimativa prévia dos recursos reais, dos fatores de produção que poderão ser mobilizados para essa execução. Outrossim, em um país de economia capitalista, como o nosso, onde é aceito o primado da iniciativa privada, cumpre ter em vista que, para a execução de um plano governamental, terá o Estado de disputar, juntamente com os particulares e no mesmo mercado, os fatores de produção existentes. Esse problema é de fundamental importância no tocante à mão-de-obra. Técnicos, cientistas, administradores, pessoal de escritório e mão-de-obra não qualificada, são simultaneamente disputados pelo Governo e pelas empresas privadas. Como o deslocamento do trabalho obedece ao nível dos salários, ganhará a disputa quem oferecer melhor remuneração. Deverá assim

o Governo, para obter o concurso de mão-de-obra qualificada e em condições de colaborar eficientemente na execução de seus planos e programas, oferecer salários adequados e nunca inferiores aos oferecidos no setor privado da economia. Incalculáveis prejuízos tem sofrido a Administração Pública no Brasil por ainda não se haver convencido da verdade incontestável dessa regra econômica elementar e pretender conservar o absurdo sistema, herdado de nossos colonizadores, de uma numerosa burocracia, pessimamente paga, mas da qual pouco se exige. Ao mesmo tempo, porém, cumpre não esquecer que o Governo não deverá nunca privar as empresas privadas da mão-de-obra de que estas últimas necessitam para a execução de suas atividades. Fatores de produção escassos terão de ser equitativamente distribuídos entre o setor privado e o setor público da economia, e essa conveniente distribuição é, sem dúvida, um dos aspectos mais importantes do planejamento governamental.

O segundo elemento essencial do planejamento, já anteriormente mencionado, é a verificação da natureza e importância das operações em curso. Será construir castelo na areia pretender planejar para o futuro sem verificar, pimeiramente, o que se está realizando atualmente. Planejará bem quem partir de um levantamento rigoroso da situação atual, da verificação dos serviços existentes, dos trabalhos em curso e das condições técnicas e econômicas que vem presidindo à sua realização. O estudo do passado é também um elemento de grande valia para o planejador. A experiência anterior, os êxitos alcançados e os fracassos sofridos, consti

tuem sempre uma fonte valiosa de ensino e orientação. Uma das características das nações novas, como a nossa, característica agravada pelo irrequieto e inconstante temperamento latino, é a ânsia permanente de mudar e inovar bem como o pouco apêgo à tradição e ao passado. Essa característica, benéfica por um lado, por constituir uma fonte impulsionadora de progresso, constitui, todavia, uma causa de graves desperdícios de recursos e de esforços.

O terceiro elemento essencial do planejamento, e sua característica fundamental, é a verificação das possibilidades futuras. É nesta fase que a habilidade e o vigor dos planejadores são postos à prova, quando os mesmos são chamados a elaborar, no conceito lapidar de Fayol, "uma espécie de quadro do futuro, na qual os acontecimentos próximos se acham previstos com certa precisão, segundo a idéia que se tenha formulado deles, mas onde os acontecimentos distantes a parecem cada vez mais vagos; é a marcha da empresa prevista e preparada para um determinado período de tempo". Se em uma empresa privada, cujo campo de ação é bastante limitado, essa previsão do futuro já é difícil, o que dizer-se da previsão do futuro no setor do Governo, empresa gigantesca a serviço de toda a coletividade.

Na previsão dos acontecimentos futuros, aos quais o seu planejamento terá de se adaptar, cumpre ao planejador saber discernir o principal do acessório, o importante do secundário; afastar os detalhes para encarar o fundamental. Ainda mais, como as previsões, notadamente no campo

social, estão sujeitas a erros mais ou menos freqüentes e graves, cumprê dar ao plano a necessária flexibilidade, para que nêles possam ser introduzidas, durante a execução, as alterações resultantes de circunstâncias supervenientes e para que o mesmo, em lugar de ser o instrumento da Administração para a consecução de suas finalidades, não venha a se transformar em um entrave à ação do administrador.

Após nos havermos estendido sôbre algumas das características mais marcantes do planejamento na esfera governamental, procuraremos situar a função do Orçamento Público dentro da técnica do planejamento e como uma de suas fases. Para êsse fim cumpre rejeitar, de início, uma velha concepção, legalista e contábil, do Orçamento Público, traduzi da na clássica definição de René Stourm: "ato que contém a prévia aprovação das receitas e despesas públicas". Essa definição, aceitável no século passado, quando foi proferida, omite aspectos do orçamento hoje considerados fundamentais : administrativos, financeiros e econômicos.

O Orçamento Público é, acima de tudo, o plano financeiro do Governo e, como tal, se integra no planejamento geral da Administração Pública. Uma vez estabelecido um plano governamental, tenha êle um caráter total, como ocorre nos países comunistas, ou assuma o aspecto de planos regionais e parciais, como acontece no Brasil, é através da técnica orçamentária que o financiamento do plano é assegurado.

Conforme tivemos ocasião de salientar, o cálculo dos recursos disponíveis é a primeira fase do planejamen

to. Uma vez calculados os recursos reais necessários, em material, mão-de-obra, equipamento etc., para a execução do plano que se tem em vista, traduzirá o Orçamento, em termos monetários, o "quantum" necessário para a aquisição desses recursos. Não compete ao orçamentista ou ao financista calcular quantos sanitaristas, engenheiros, enfermeiros, trabalhadores, equipamentos, veículos, medicamentos etc., se fazem necessários à execução de um programa de saneamento. Compete-lhe, porém, avaliar qual o poder de compra ou a quantidade de moeda exigida para a aquisição dos elementos necessários à execução do programa. Compete ainda ao técnico de orçamento, frente aos diversos programas e planos apresentados, colocar esses programas dentro de uma escala de prioridades, hierarquiza-los, de acordo com a política e a orientação geral do Governo. Essa função do Orçamento Público como instrumento de hierarquização das iniciativas governamentais, secundária em um país de economia totalmente planificada, é fundamental em um país onde atuam simultaneamente a iniciativa privada e a iniciativa governamental. Não cabe, sem dúvida, ao técnico de orçamento estabelecer essa escala de prioridades, cujo estabelecimento é, acima de tudo, um problema de política governamental, decidido, em países de regime democrático como o nosso, pelos órgãos representativos da soberania popular. Deverá, porém, o órgão central de orçamento conhecer perfeitamente as diretrizes, a orientação e o programa geral do Governo e, com base nêles, hierarquizar os planos parciais apresentados e colocá-los em escala de prioridades, para distribuir, nessa ordem, os recursos monetá-

rios disponíveis.

Mas a principal função do financista é o planejamento financeiro, ou seja, a decisão sobre o modo mais conveniente, sob o ponto de vista econômico e social, de financiar os gastos necessários à execução das atividades governamentais. Dentro do arsenal financeiro integrado pêlos impostos diretos e indiretos, pessoais e reais, proporcionais e progressivos, empréstimos internos e externos, voluntários e compulsórios, taxas, contribuições de melhoria e outras fontes de rendas públicas, caber-lhe-á a escolha das armas mais eficazes para produzir a soma de receita necessária, de acôrdo com os princípios do mínimo sacrifício coletivo e da adaptação da política fiscal à conjuntura econômica. Caber-lhe-á ainda decidir sobre a política financeira mais conveniente em determinado momento, aceitação de um "déficit" orçamentário, consecução do equilíbrio entre receitas e despesas, ou obtenção de um "superavit".

Já pertence ao passado a época da elaboração dos orçamentos públicos com base em considerações exclusivamente de ordem financeira, quando os princípios norteadores dessa elaboração eram a redução dos gastos públicos, a diminuição da pressão tributária ao mínimo essencial e à consecução, a qualquer preço, do equilíbrio orçamentário, êste último considerado como norma fundamental de uma sã política fiscal.

Em todos os países, o Orçamento Público e a política fiscal se afirmam, cada vez mais, como poderoso ins-

trumento de ação governamental para a consecução do equilí
brio econômico, mediante o pleno emprêgo, sem inflação, de
todos os fatores de produção disponíveis. Por outro lado, o
Orçamento é utilizado como um instrumento para a obtenção de
melhor distribuição da renda nacional e dos bens e serviços
produzidos pelo trabalho coletivo. A tendência universal pa
ra se erigir os impostos diretos e pessoais como base do sis
tema fiscal, sujeitar as rendas mais altas à tributação pro
gressiva e, na parte da despesa orçamentária, destinar parce
las cada vez mais vultosas para os chamados gastos sociais ,
denota a preocupação generalizada em se obter, através da a
tividade financeira do Estado, uma distribuição mais equita
tiva do produto social.

Nos países economicamente atrasados se reconhe
ce à atividade financeira do Estado e ao Orçamento Público a
função de instrumentos poderosos no impulsionamento e no in
centivo do desenvolvimento econômico. A tributação e o crédi
to público constituem meio eficaz para, através da poupança
coletiva compulsória, formar e remir capitais para o finan
ciamento de empreendimentos governamentais de caráter funda
mental: transportes, energia, modernização da agricultura ,
indústrias básicas etc. Recursos financeiros são concentra
dos para programas regionais de desenvolvimento econômico,
cujo objetivo é acelerar o progresso de regiões econômicamen
te retardadas, mas dotadas de amplos recursos naturais ainda
inaproveitados.

Esse novo conceito de orçamento público deu

causa a profundas modificações na técnica orçamentária. Esta última não é mais um trabalho reservado a contabilistas e financistas, mas nela são chamados a colaborar economistas, estatísticos, "leaders" da indústria, do comércio, da agricultura e das organizações operárias. As nações mais adiantadas não se conformam com a elaboração e apresentação de um simples orçamento financeiro, quadro das receitas e despesas do Govêrno; procuram, em um "Orçamento Econômico Nacional", prever a forma pela qual, no ano vindouro, comportar-se-ão as atividades econômicas nacionais em seu conjunto e como irão se desenrolar as transações, tanto no setor público quanto no setor privado da economia.

O "Orçamento Econômico Nacional" constitui a forma mais requintada de planejamento econômico nos países que, embora aceitando a propriedade e a iniciativa privada como fatores básicos do progresso econômico, atribuem ao Estado a responsabilidade pelo equilíbrio econômico e pela manutenção do pleno emprego dos fatores de produção disponíveis. Sem assumir as características de um plano econômico total, rigidamente imposto a toda a coletividade, o "Orçamento Econômico Nacional" procura prever a evolução futura da conjuntura econômica e a forma pela qual se comportarão os diversos setores da economia, habilitando assim o Govêrno a tomar, em tempo oportuno, suas decisões bem como firmar sua orientação no campo econômico.

Em suma, planejamento e técnica orçamentária são idéias intimamente ligadas e que não podem ser dissociadas.

Impossível será, em nossos dias, exercer o Estado sua complexa e difícil missão sem apelar para a técnica do planejamento. E como fase essencial desse planejamento administrativo inclui-se o "Orçamento Público", através do qual se procura encontrar o meio mais adequado para obtenção dos recursos monetários necessários, dentro sempre dos dois princípios norteadores da atividade financeira do Estado e que se confundem com o objetivo final deste último: máxima vantagem social e mínimo sacrifício coletivo.

000050957



BIBLIOTECA

ESTE VOLUME DEVE SER DEVOLVIDO A BIBLIOTECA NA ÚLTIMA
DATA MARCADA

[illegible]

Título: Orçamento como uma fase do planejamento.



96317

N° Pat.:317/56